



**RIO GRANDE DO NORTE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
GABINETE DO DEPUTADO ALBERT DICKSON**

Projeto de Lei N°

Suspende, por cento e oitenta dias, a exigibilidade da cobrança de multas de trânsito em caso de calamidade pública decretada pelo Estado do Rio Grande do Norte.

A Excelentíssima Governadora do Estado do Rio Grande do Norte,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Em caso de calamidade pública decretada pelo Governo do Estado, fica suspensa, por cento e oitenta dias, a exigibilidade das cobranças de multas de trânsito em todo o território estadual, ressalvadas as demais sanções administrativas impostas aos condutores.

§1º Após o período referido no caput, as multas vencidas na data da suspensão serão devidas sem a cobrança de juros relativa ao período de inexigibilidade.

§2º As multas vincendas na data da suspensão de exigibilidade terão vencimento:

I - adiado para o primeiro dia útil seguinte ao término da inexigibilidade, caso vençam durante o período de suspensão;

II – mantido para a data prevista no auto de infração, caso seja posterior ao término da suspensão.

§3º Na hipótese de adoção da medida prevista no caput, os débitos adiados serão cobrados em até seis parcelas com vencimentos mensais e sucessivos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Brasil e o mundo enfrentam a maior crise sanitária das últimas décadas, ocasionada pela disseminação do Coronavírus, causador da síndrome Covid-19. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, em março de 2020, houve 207.855 casos confirmados e mais de 9.000 mortes em 166 países e territórios. No Rio Grande do Norte a elevação no número de casos confirmados de infecção pelo novo coronavírus conforme

estudo do Ministério de Saúde, coloca o RN em estado de atenção. Com taxa de incidência de 7 casos diagnosticados por cada grupo de 100 mil habitantes, o RN ocupa a sexta posição nacional no ranking de Coeficiente de Incidência de Covid-19 no Brasil.

Nesse sentido, medidas de proteção econômica e de saúde são de extrema relevância e urgência. Contudo, é necessário que as políticas públicas adotadas em tempos de crise sejam razoáveis e proporcionais, considerando a situação e a realidade de cada setor da sociedade atingido.

Por meio da presente proposição, objetivamos reduzir momentaneamente as despesas com sanções pecuniárias decorrentes de infrações no trânsito. Destaca-se que não se trata de anistia aos infratores, que deverão arcar com suas obrigações no momento oportuno, mas mera medida emergencial que visa garantir o mínimo existencial aos cidadãos em momento de grave crise.

Além disso, as demais penalidades como suspensão do direito de dirigir são mantidas, de modo que não há que se falar em risco à coletividade em decorrência do presente projeto.

A medida se justifica, por ser mais um meio para garantir que as famílias mais necessitadas, especialmente aquelas cuja renda decorre do mercado informal, subsistam ao longo do período de menor circulação de pessoas e conseqüente redução da renda familiar.

Assim, diante de todo o exposto, contamos, uma vez mais, com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação desta propositura.


DR. ALBERT DICKSON
Deputado Estadual – PROS